

**PROGRAMA DE DISCIPLINA**

Disciplina: **PSICOLOGIA JURÍDICA** Código da Disciplina: JUR415  
Curso: DIREITO Semestre de oferta da disciplina: 3º  
Faculdade responsável: PSICOLOGIA  
Programa em vigência a partir de: 2022

Número de créditos: 02 Carga Horária total: 30 Horas aula: 36

**EMENTA:**

Do Direito à Psicologia, ou da Psicologia ao Direito, interdisciplinaridade. As relações entre a psicologia e a justiça. Doenças mentais mais significativas no âmbito do Direito e seus critérios diagnósticos. Aspectos psicojurídicos da prova testemunhal. Enfoque da Psicologia Jurídica no Direito de Família. Incidência da Psicologia Jurídica no Direito Penal. A Psicologia Jurídica no Direito do Trabalho.

**OBJETIVOS GERAIS:**

Propiciar aos acadêmicos do curso de Direito uma visão interdisciplinar entre o Direito e a Psicologia a partir do estudo de temas de caráter transdisciplinares que tem por objeto simultâneo as duas ciências, diante da importância da Psicologia Jurídica para a efetivação da justiça.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

Estudar a relação entre Direito e Psicologia, bem como a formação da Psicologia Jurídica e sua importância na aplicação do Direito.  
Pesquisar as principais doenças mentais e síndromes que interessam ao Direito.  
Identificar a incidência da Psicologia Jurídica no tratamento de vários casos do Direito de Família, Direito Penal e Direito do Trabalho.

**CONTEÚDO:**

Conceitos básicos da Psicologia Jurídica que se aplicam ao Direito.  
Doenças Mentais que mais impactam no âmbito do Direito.  
Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos  
Transtornos mentais relacionados ao uso de substâncias psicoativas e a dependência química  
Psicopatia  
Automutilação (*Cutting*)  
Perseguição (*Stalking*)  
Principais Síndromes que interessam ao Direito.  
Psicologia Jurídica no Direito de Família  
Alienação Parental  
Paternidade Socioafetiva  
Abandono afetivo e dano moral  
*Bullying* (assédio moral)  
Psicologia Jurídica no Direito Penal  
Incidente de Insanidade Mental

Internação Involuntária  
Psicologia Jurídica no Direito do Trabalho  
Assédio Moral, Psicológico e Sexual no ambiente de trabalho  
Estresse e seus impactos na Psicologia Jurídica

### **ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Aula expositiva e dialogada  
Seminários  
Trabalhos  
Discussão de textos  
Plataformas Digitais  
Resolução de questões de concursos públicos

### **FORMAS DE AVALIAÇÃO:**

O aluno será submetido a três avaliações. Será considerado aprovado o aluno que tiver obtido média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

Serão aplicadas 03 (três) avaliações mescladas de natureza subjetiva e objetiva, onde o elemento preponderante será a capacidade de fundamentação do aluno, visando à demonstração da apreensão e da compreensão do conhecimento adquirido em sala de aula, bem como nos trabalhos de pesquisas realizados. As provas serão aplicadas na data designada pela Faculdade.

### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

BRITO, Leila Maria T. **Temas de Psicologia Jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005. CARVALHO, Maria Cristina Neiva de ; MIRANDA, Vera Regina. **Psicologia Jurídica – Temas de Aplicação**. São Paulo : Saraiva, 2014.  
DAGOSTIN, Ana Paula. **Psicologia aplicada à investigação**. Curitiba: InterSaber. 2019.  
JESUS, Fernando de. **Psicologia Aplicada à Justiça**. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2006.  
ROVINSKI, S. **Fundamentos da Perícia Psicológica Forense**. São Paulo: Vetor, 2004.  
SOUZA, André Peixoto de, SCHERER Daniel Corteline. **Psicologia Jurídica**. Curitiba: InterSaber. 2020.

### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

GOMES, Hélio, **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997.  
RIGONATTI, Sérgio Paulo (coord.); SERAFIM, Antônio de Pádua; BARROS, Edgard Luiz de. **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2003.  
SANTOS, Elquissana Quirino dos. **Significado Psicológico do Primeiro Aprisionamento em Detentos à Espera de Julgamento**. Goiânia: UCG, 2005.  
CARVALHO, L. Arquimimo de. **Relações Internacionais e Direito Antitruste**. Curitiba, Juruá, 2001.